

Assunto: SOLICITA ELABORAÇÃO DE PARECER AMBIENTAL, VISTO QUE A AGENCIA PRETENDE OFERTAR, NA 13 RODADA DE LICITAÇÕES – BACIA POTIGUAR

Interessado: AGÊNCIA NAC. DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP

MUNICÍPIOS: Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Alto Santo

CNPJ: 023.136.73.0001-27

1) OBJETIVO

Conforme solicitação, por meio do Ofício nº 10/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e em 17 de janeiro de 2024, Ofício nº 785/SSM/2017, 29 de dezembro de 2017, e do Ofício nº 187/SSM/2018, de 24 de abril de 2018, de acordo com a Resolução nº 17/2017 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, cabe a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP buscar a manifestação dos órgãos ambientais em relação à sobreposição dos Blocos a serem licitados, referentes à **6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 13ª** Rodada de Licitações da Bacia Potiguar, Setores SPOT-T1B, SPOT-T2, SPOT-T4, das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural com as Áreas Ambientalmente Protegidas no estado do Ceará, bem como eventuais condicionantes para um futuro licenciamento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, de acordo com tabela 1, (anexo[1] – Pag.:3/4) Blocos em estudo localizados na Bacia Potiguar, porção localizada no estado do Ceará e referente aos SPOT-T4 (**POT-T-643, POT-T-644 e POT-T-689**), ainda sem parecer ambientais.

Referente à análise realizada com sensoriamento remoto, interpretando imagens de satélite, por meio do software *Google Earth*, foi elaborada com base nos arquivos cartográficos digitais anexados a solicitação de licenciamento da SEMACE, a análise dos *shapefiles* dos blocos em estudo apresentados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis – ANP, frente à espacialização das Unidades de Conservação do estado do Ceará (federais, estaduais e municipais) que são de conhecimento da SEMACE, temos as seguintes informações:

Os blocos em estudo apresentados pela ANP não se encontram sobrepostos às Unidades de Conservação Federais ou Estaduais. No entanto, é de como conhecimento da SEMACE, há duas Unidades de Conservação no município de Icapuí, onde se observa a sobreposição de dois blocos nº 174 e nº 186 na APA do Manguezal da Barra Grande, já analisados no parecer técnico nº 2005/2015-DICOP-GECON.

Quanto à existência de áreas protegidas observadas pela Lei Federal nº 12.651/2012, tais como as Áreas de Preservação Permanente (APP), o Setor de Georreferenciamento da SEMACE não dispõe de zoneamentos ou mapeamentos oficiais, em escala de detalhe, que as identifiquem, assim como demais representações espaciais que indicam a existência de ambientes dinamicamente instáveis nas áreas dos blocos em estudo. Ressalta-se que estas análises espaciais normalmente são realizadas pontualmente por este setor, em uma escala de detalhe, a fim de validar e/ou complementar as informações existentes em estudos ambientais apresentados pelos empreendedores que detêm processos de licenciamento ambiental nesta Autarquia.

As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 10 (dez) a 50 metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, obedecendo uma Mata Ciliar (*Faixa de APP determinada*) de 50 metros (*Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012, Capítulo II, Art. 4º Inciso II.*)

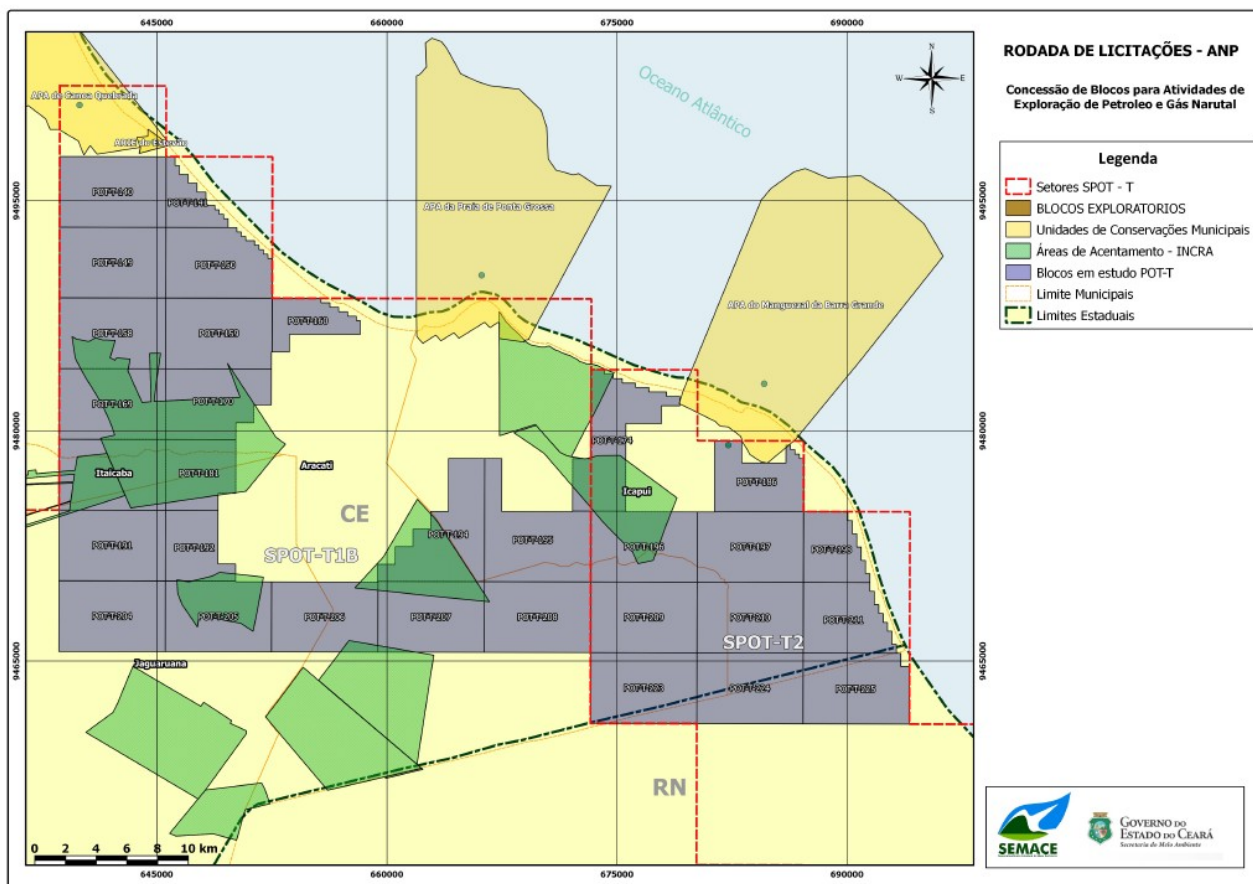


Figura 1: Mapa mostrando Setores Spot - T sobrepostos com Unidades de Conservação.

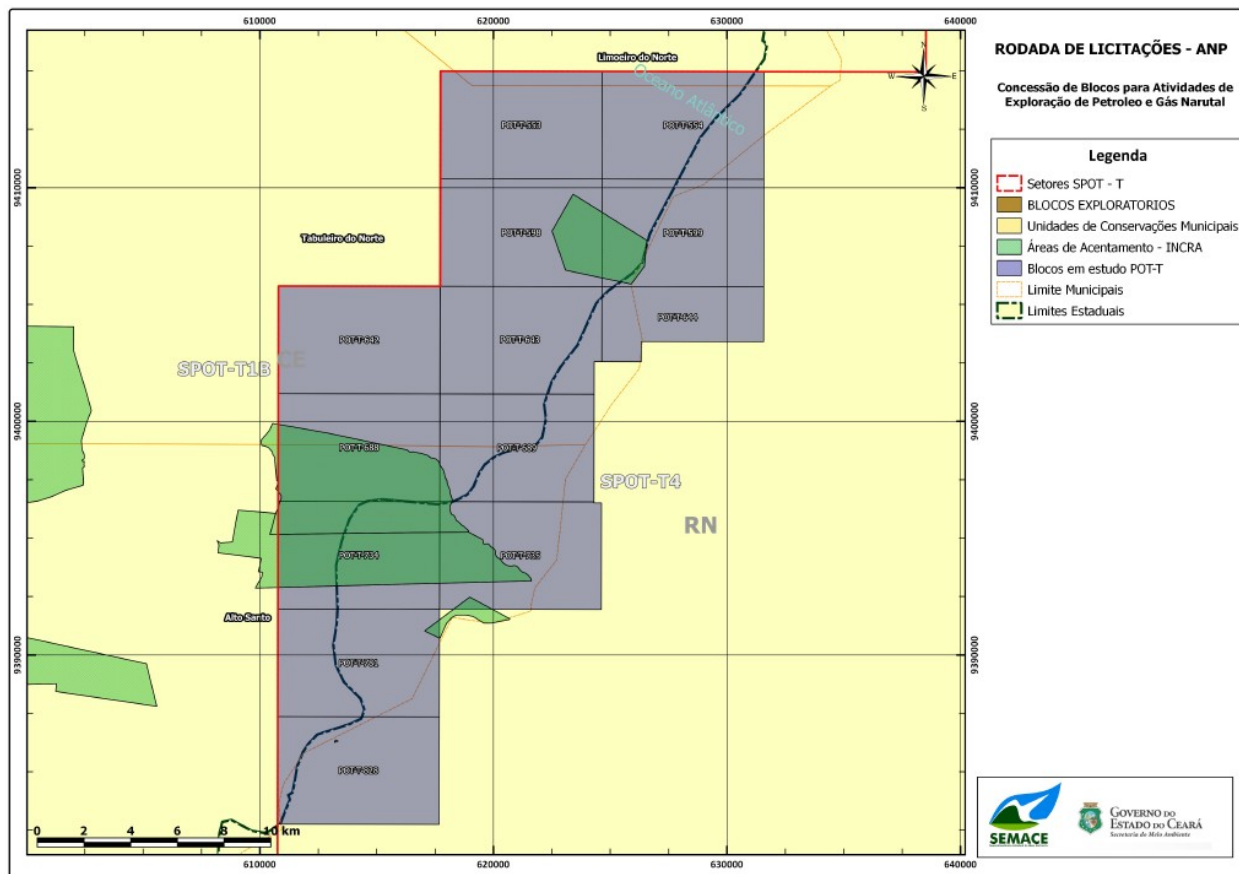


Figura 2: Mapa mostrando Setores Spot - T sobrepostos com Unidades de Conservação.

Em consulta sistemática realizada, em relação a situação dos blocos frente a hidrografia (de acordo com base hidrográfica elaborado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH – ano 2007, na escala de 1:100.000) e ao sombreamento do relevo da região (a partir de dados de radar *SRTM* refinados pelo projeto TOPODATA do INPE). Foi observada a existência de recursos hídricos superficiais significativos na região do agrupamento de blocos em estudo sobre os municípios de Icapuí e Aracati. Assim é importante que as respectivas APP's destes recursos hídricos sejam respeitadas durante as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural (de acordo com as considerações do Art. 4o, inciso I, II e III da Lei Federal nº 12.651/2012).

Para o agrupamento dos blocos sobre a Chapada do Apodi (entre os municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte e Alto Santo) não apresentam recursos hídricos superficiais de grande porte. No entanto, devendo ser observados os eventuais impactos dos blocos frente aos recursos

hídricos subterrâneos, bem como devem ser identificadas *in loco* nascentes e olhos d'água, devendo ainda respeitar suas respectivas faixas de proteção durante as atividades previstas (conforme as considerações do Art. 4o, inciso IV da Lei Federal nº 12.651/2012).

Além do aspecto hidrográfico, deve ser observado – para efeito de APP's – o aspecto de relevo, uma vez que parte destes blocos se encontram próximos à borda da Chapada do Apodi (considerações do Art. 4o, inciso VIII da Lei Federal nº 12.651/2012).

Enfatiza-se aos representantes da importância da preservação ao meio ambiente frente ao uso sustentável do recurso e foi reforçado a necessidade da segurança do trabalho durante as obras a ser implementadas, tentando obter o aproveitamento ideal para que haja o mínimo de impactos ambientais.

Solicitação do Ofício nº 10/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e em 17 de janeiro de 2024: Face ao exposto, foi solicitados alguns questionamentos definidas na Portaria Interministerial Nº 1/MME/MMA, a seguir detalhadas:

a) Identificação de licenças e autorizações estaduais aplicáveis às atividades de petróleo e gás;

De acordo RESOLUÇÃO COEMA Nº 02 de 11 de abril de 2019, a qual define a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, as atividades que podem se adequar: Código Coema: 07.00 CONSTRUÇÃO CIVIL - 07.15 Dutos, Gasodutos, Oleodutos e Minerodutos PPD – A;

b) Eventual sobreposição com unidades de conservação e suas zonas de amortecimento; *Nenhuma sobreposição em UC, como pode ser visualizado nas Figuras 1 e 2.*

c) Em caso da identificação de sobreposição da área proposta para oferta com unidades de conservação da categoria de uso sustentável ou zonas de amortecimento e corredores ecológicos de quaisquer unidades de conservação, indicar se existem óbices à oferta da área conforme os polígonos propostos, ou se devem ser realizados recortes ou exclusão da área, com as quais a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural não seria compatível em vista das restrições ambientais, mesmo quando adotadas as melhores práticas da indústria; *Na análise realizada com os dados fornecidos não existem óbices.*

d) Restrições ou recomendações que poderão afetar o licenciamento ambiental de atividades nessa área; *Cumprir as Condicionantes expostas presentes nesse Parecer Técnico.*

e) Eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção; *Análise realizada no arquivo SEI 3701146: Manifestação Conjunta 12/2018.*

f) Eventual restrição ou recomendações de uso da terra contidas em zoneamento ecológico-econômico legalmente instituído; *Nenhuma sobreposição em ZE, como pode ser visualizado nas Figuras 1 e 2.*

g) Quaisquer outras informações julgadas relevantes para o processo de decisão sobre a oferta dessa área e para as eventuais empresas interessadas no desenvolvimento de atividades na área ofertada.

Caso haja a retirada de vegetação ou a expansão da área, deverá ser comunicado previamente a SEMACE a ação requerida, solicitando, assim, autorização para desmatamento a esta Superintendência. Devendo a atividade seguir todas as normas, parâmetros e dispositivos legais para a atividade mineral requerida, o mesmo não podendo intervir em APP.

No que recomendar o licenciamento ambiental, que tem como bases legais os princípios jurídicos ambientais, embasados na Constituição federal de 1988 no seu artigo 255, ademais o que foi instituído através da Lei nº. 6.938/1981, e regulamentada pela Resolução CONAMA nº 237/1997 e pela Resolução Estadual COEMA 10/2015, sem desconsiderar demais leis, decretos, resoluções, portarias federais, estaduais e municipais pertinentes, estamos apresentando este Parecer Técnico.

De acordo RESOLUÇÃO COEMA Nº 02 de 11 de abril de 2019, a qual define a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências;

CONSIDERANDO que as atividades, obras ou empreendimentos potencialmente utilizadores de recursos ambientais no Estado do Ceará estão sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme disposição da Lei Estadual nº. 11.411, de 28 de DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO | SÉRIE 3 | ANO XI Nº 092 | FORTALEZA, 17 DE MAIO DE 2019 abril de 1987 e suas modificações posteriores.

CONSIDERANDO PORTARIA Nº104/2019; Art. 8º Podem ser dispensados de inspeção técnica os processos de licenciamento ambiental cujas informações necessárias à elaboração do Relatório ou Parecer Técnico de vistoria sejam identificadas e adquiridas mediante o uso de geotecnologias, sem prejuízo da análise técnica.

Como eventuais condicionantes para um futuro licenciamento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, poderemos citar:

CONDICIONANTES:

- A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático acarretará a suspensão total das obras, devendo a mesma ser imediatamente comunicada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a SEMACE, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local (pessoa física ou jurídica) onde tiver ocorrido, os quais são pessoalmente responsáveis pela conservação provisória da coisa descoberta, até pronunciamento e deliberação da referida Autarquia Federal;
- As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural deverá ser delimitadas, não apenas para demarcar a área da atividade de extração, mas também para evitar acidentes com pessoas desautorizadas ou animais na área;
- Esta licença não contempla intervenções em Áreas de Preservação Permanente-APP, sem a autorização prévia da SEMACE, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais;
- Cumprir rigorosamente todas as medidas de controle ambiental, bem como a execução do seu Cronograma;
- A manifestação favorável do presente parecer técnico não obsta a SEMACE de posteriores restrições ou indeferimento do projeto quando apresentado, considerando suas peculiaridades, e seu desatendimento à legislação pertinente;
- Comunicar à SEMACE qualquer alteração da atividade, seja de paralisação, reabilitação ou finalização para averiguação dos passivos ambientais e arquivamento do processo;
- Caso haja a retirada de vegetação ou a expansão das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, deverá ser comunicado previamente a SEMACE a ação requerida, solicitando, assim, autorização para desmatamento a esta Superintendência;
- Apresentar a SEMACE, o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, emitido pelo IBAMA, conforme Art 9º, inciso XII e Art 17, inciso II, da Lei Federal nº 6.938 de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, sob pena das sanções previstas no Decreto Federal Nº 6.514 de 22 de julho de 2008;

Condicionantes Gerais:

- Submeter à prévia análise da SEMACE qualquer alteração que se faça necessária ao empreendimento;
- Adotar todas as medidas preventivas para evitar qualquer tipo de poluição ao meio ambiente;
- Manter este e demais documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponíveis à fiscalização da SEMACE;

- Esta licença não contempla intervenções em Áreas de Preservação Permanente – APP's, sem a prévia autorização da SEMACE, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998-Lei de Crimes Ambientais. As referidas Áreas de Preservação Permanente – APP's dos recursos hídricos existentes devem ser devidamente apresentadas no Mapa de Zoneamento Ambiental e Minerário;
- No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à SEMACE e executar o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) proposto no início das atividades minerárias, devendo ainda o mesmo apresentar o Relatório de Execução e Monitoramento, com prazo a ser definido quando da comunicação de encerramento, desistência ou suspensão;
- O descumprimento das condicionantes implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais;
- Cumprir, rigorosamente, a legislação ambiental vigente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- Afixar, no local do empreendimento, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução COEMA Nº 01, de 28 de fevereiro de 2000, conforme modelo que pode ser visualizado em: http://www.semace.ce.gov.br/?page_id=264;
- Cumprir rigorosamente todas as medidas de controle ambiental propostas, bem como a execução do seu Cronograma;
- A manifestação favorável do presente parecer técnico não obsta a SEMACE de posteriores restrições ou indeferimento do projeto quando apresentado, considerando suas peculiaridades, e seu desatendimento à legislação pertinente;
- Comunicar à SEMACE qualquer alteração da atividade, seja de paralisação, reabilitação ou finalização para averiguação dos passivos ambientais e arquivamento do processo;
- A SEMACE, mediante ação motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra: - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença; - Graves risco ambientais e de saúde;
- No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à SEMACE.

É o Parecer Técnico, o qual submete-se a apreciação superior.

Fortaleza, 04 de setembro de 2024.

Diego Farias Façanha
Técnico do Licenciamento Ambiental
Articulador – GECON/DICOP
Matrícula nº 300004-8-X